

Comissões decidem hoje sobre o novo ICMS e a MP dos Portos



Braga tenta atender trabalhadores e empresários na questão dos portos



Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias (E) busca um consenso para a reforma do ICMS

Pauta do Senado inclui votações que visam dinamizar a economia com fim da guerra fiscal e mudanças na logística

Duas discussões fundamentais para o desenvolvimento do país devem avançar hoje no Congresso: proposta de Delcídio do Amaral para a reforma do ICMS e texto de Eduardo Braga sobre a MP dos Portos. Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti se reuniu com senadores ontem para apoiar os projetos. **3 e 5**

Avança medida provisória sobre combate à pobreza 4

Criação de TRFs será analisada novamente pelo Senado 2

MP que vincula royalties à educação não será votada

Comissão mista que analisa a MP 592/2012 decidiu aguardar o Supremo Tribunal Federal se pronunciar sobre a constitucionalidade da Lei dos Royalties do petróleo, para evitar insegurança jurídica. A medida provisória perderá validade em 12 de maio. **6**



Vital do Rêgo (E), presidente da comissão, quer evitar insegurança, apesar das precauções do relator, deputado Zarattini

Renan: incentivo a negócios no Brasil é prioridade 3



O presidente do Senado (4º à dir.) anunciou o compromisso de melhorar o ambiente para empreendedores durante solenidade na Confederação Nacional da Indústria

Para Marina Silva, proposta sobre regras eleitorais causa desconforto 7

Especialistas cobram empenho na prevenção de desastres 8

Comissão de Orçamento definiu ontem os relatores de quatro MPs 4



Renan (3º à dir.) explica aos representantes dos magistrados o impedimento à promulgação da criação de tribunais

Renan diz que erro formal impede decisão sobre TRFs

Presidente do Senado reiterou necessidade de observar rito constitucional que exige nova apreciação na Casa em decorrência de alteração, durante votação na Câmara, do texto que cria novos tribunais

APÓS REUNIÃO COM representantes de três associações de juizes para tratar da PEC 544/2002, que cria quatro tribunais regionais federais (TRFs), o presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que houve uma alteração no texto durante a votação na Câmara, o que exigiria novo exame pelo Senado e inviabilizaria a imediata promulgação. Segundo Renan, ainda não é possível uma decisão sobre o assunto.

— O que tem que ser observado é um erro formal. A Constituição diz que a proposta tem que ser votada em dois turnos

nas duas Casas do Congresso Nacional. Quando há alteração do texto votado em uma Casa, esse texto tem que ser novamente apreciado pela outra. Lamentavelmente, foi isso o que aconteceu [a alteração]. Por isso, não há nenhuma decisão ainda com relação à promulgação — afirmou.

Renan disse que está ouvindo todos os setores sobre o tema. Ele lembrou que a proposta de criação dos tribunais encontra resistências nos Três Poderes.

— Há uma divisão no Judiciário, no Legislativo e no Executivo e cabe ao presidente do

Congresso Nacional observar esse erro formal. Entendo que o Legislativo tem que cumprir um pouco esse papel de poder moderador, aproximar correntes, construir a convergência — observou.

Em resposta a indagações da imprensa, o presidente do Senado reiterou que o problema não recai sobre a iniciativa da proposta, mas sobre um erro na tramitação.

— Se por um lado há a necessidade de fazer a expansão da Justiça federal, por outro há a necessidade também de observarmos o rito constitucional — assinalou.

Representantes dos juizes defendem aprovação

As entidades representativas dos magistrados temem que o texto não seja confirmado.

— O presidente está cauteloso com relação à promulgação da PEC porque há algumas divergências que foram apontadas — disse o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo.

Os defensores da proposta rechaçaram alegações de que haverá altos custos com a implantação dos novos TRFs. Segundo nota técnica apresentada pelas entidades de classe, os tribunais custarão em torno de R\$ 700 milhões por ano, o que para o Orçamento da União é bastante factível, segundo Toldo.

Também participaram do encontro a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Outras propostas tramitam no Senado

Aprovada no início do mês pela Câmara dos Deputados, a PEC 544/2002, que tramitou no Senado como PEC 29/2001, cria tribunais com sedes em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Manaus. O texto dá prazo de seis meses para a instalação dos tribunais, a contar da promulgação da emenda constitucional.

A decisão com relação à promulgação da PEC 544/2002 gera dúvidas sobre o que acontecerá com propostas semelhantes que tramitam no Senado. A expectativa é de que a PEC 42/2012, que cria um TRF em Curitiba, e a PEC 86/2011, que cria um TRF em Manaus, sejam prejudicadas, já que os tribunais estão previstos na proposta aprovada na Câmara. Já as PECs 61/2012 e 46/2012, que criam TRFs em Fortaleza e Belém, estão prontas para votação no Plenário do Senado.

Jorge Viana faz apelo ao STJ por novo tribunal federal

Jorge Viana (PT-AC) fez um apelo ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer, para que encaminhe ao Congresso a proposta de criação de um novo tribunal região federal na área que hoje corresponde ao TRF da 1ª Região e abrange 13 estados e o Distrito Federal.

— E apontando para, daqui a um ou dois anos, criar mais um segundo tribunal, criando condições melhores para atuação

da Justiça federal — disse.

Na avaliação do senador, tal providência poderia resolver o impasse que se estabeleceu entre o Judiciário e o Congresso após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC 544/2002, que cria quatro novos tribunais regionais federais.

O senador registrou a participação na apresentação, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), da agenda legislativa da entidade para



Viana pede novo tribunal na área que hoje corresponde ao TRF da 1ª Região 2013. Viana disse que o trabalho da CNI, além de indicar transparência na atuação do órgão, deverá auxiliar os parlamentares na identificação das pautas prioritárias do setor industrial brasileiro para deliberação este ano.

Davim ressalta importância do Projeto Jovem Senador

Paulo Davim (PV-RN) registrou a satisfação por ter sido escolhido, pelo segundo ano consecutivo, para presidir o Projeto Jovem Senador. Ele ressaltou a importância da iniciativa — que simula o processo legislativo com 27 estudantes selecionados por um concurso de redação em todo o país — para aproximar o Senado da sociedade.

— É um projeto de grande alcance pedagógico, que desperta a juventude para a importância da sua participação na democracia.

Entre as atividades dos jovens senadores, Davim destacou a apresentação e votação de projetos, que poderão



Para Davim, iniciativa desperta a juventude para a democracia

tramitar, como acontece com propostas aprovadas no ano passado. Davim disse esperar ver um dia a presidente Dilma Rousseff sancionar um deles.

— O Brasil precisa do jovem, da sua mobilização. É pela sua participação que o crescimento se cristaliza e o futuro se torna presente — afirmou.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pela Medida Provisória 594/2012, que amplia o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento.

PRESIDÊNCIA Educação

11h O senador Renan Calheiros recebe o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, a deputada Fátima Bezerra e representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CI Aviação Civil

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa o relatório final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. Logo depois, analisa projeto que inclui trecho de rodovia em Mato Grosso no Sistema Rodoviário Federal.

CDR Pavimentação

9h A comissão analisa projeto que altera a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam o princípio.

CAS Ministro da Saúde

9h O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fala na Comissão de Assuntos Sociais a respeito das diretrizes e prioridades da pasta.

CCJ Eleição de vereadores

10h Na pauta da comissão, proposta que altera o Código Eleitoral para instruir o voto majoritário nas eleições para vereadores em municípios com mais de 200 mil eleitores. Na segunda parte da reunião, analisa as indicações de Esdras Dantas de Souza e Walter de Agra Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público.

CE Doenças raras

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove audiência pública sobre o Dia Nacional de Doenças Raras. Em seguida, examina proposta que estabelece titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso no magistério. Vota ainda a recondução de Manoel Rangel para diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema.

CAE ICMS único

11h30 A Comissão de Assuntos Econômicos vota substitutivo de Delcídio do Amaral a projeto de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, **reunião da Comissão de Infraestrutura**; às **9h**, da **Comissão de Desenvolvimento Regional**; e, às **11h30**, da **Comissão de Assuntos Econômicos**. Às **14h**, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Relator, Delcídio apresentou ontem substitutivo prevendo alíquota interestadual de 7% para os produtos industrializados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo

Comissão de Assuntos Econômicos vota proposta de reforma do ICMS

ESTÁ PREVISTA PARA hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), votação do substitutivo de Delcídio do Amaral (PT-MS) ao projeto de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que busca pôr fim à guerra fiscal entre estados. O texto foi apresentado ontem e recebeu pedido de vista de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Delcídio acatou parte das emendas apresentadas pelos senadores. A principal inovação no texto — apresentado originalmente pelo Executivo como PRS 1/2013 — é a alíquota interestadual de 7% para os produtos industrializados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo. O governo pretendia unificar gradualmente as alíquotas interestaduais em 4% até 2025, com exceção para os produtos da Zona Franca de Manaus e o gás natural, que teriam alíquota de 12%.

Pelo substitutivo do relator, as operações interestaduais com gás natural importado do exterior terão alíquota de 12%. Entretanto, as operações originadas nas Regiões Sul e Sudeste, exceto no Espírito Santo, e destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, terão alíquota de 7%.

No caso de operações interestaduais com mercadorias e bens produzidos na Zona



Lindbergh Farias e Delcídio do Amaral (D) discutem substitutivo ao projeto que busca pôr fim à guerra fiscal entre estados

Franca de Manaus, ficou mantida a alíquota de 12%. A regra passou a ser aplicada também para bens produzidos nas áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima; de Guajará-Mirim, em Rondônia; de Macapá e Santana, no Amapá; e Brasileia, no Acre.

Como regra geral, o substitutivo de Delcídio estabelece um cronograma para a redução da alíquota interestadual de 12%, praticada pelos estados emergentes (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), de um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até 2021, quando chegaria a 4%. Quando os produtos saírem do Sul e Sudeste para os estados emergentes, a alíquota atual de 7% seria reduzida, também em um

ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 4% em 2016. No caso de mercadorias e bens produzidos em conformidade com o Processo Produtivo Básico nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, a alíquota interestadual será reduzida dos atuais 12%, em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 7% em 2018. O mesmo arranjo vale para os produtos agropecuários dessas regiões. O substitutivo atribui à União poder de definir o que é Processo Produtivo Básico.

Perdas

Para minimizar as perdas de arrecadação decorrentes da redução de alíquotas, o substitutivo prevê que as

novas alíquotas entram em vigor a partir da aprovação de lei que garanta a prestação de auxílio financeiro pela União a estados e municípios. Essa compensação deve ocorrer por meio da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, com transferências obrigatórias aos entes federativos.

O último artigo do substitutivo prevê a exigência de quórum mínimo de três quintos para confirmação, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de convênios entre estados e Distrito Federal para disciplinar incentivos e benefícios fiscais ou financeiros.

— Esse artigo dá maior segurança e conforto aos estados com relação à convalidação dos benefícios — disse Delcídio.

Pinheiro vê benefícios da unificação

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou ontem o avanço na discussão da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que busca pôr fim à guerra fiscal entre estados. O projeto deve ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Para o senador, a reforma permitirá aos estados recompor as perdas e, ao mesmo tempo, criar as condições para o desenvolvimento econômico regional. O objetivo do projeto é unificar gradualmente as alíquotas interestaduais em 4% até 2025, com algumas exceções. Entre elas, estão os produtos industrializados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no estado do Espírito Santo, que terão alíquota de 7%.

Pinheiro lembrou que a agenda do pacto federativo inclui o projeto de renegociação das dívidas dos estados e dos municípios.



Moisés Moritz/Agência Senado

Senado prioriza incentivo aos negócios no país

O Senado vai priorizar tudo que ajude a melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Foi o que afirmou ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros, durante o lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2013*, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília.

— Foi um compromisso que assumimos e vamos cumprir agora, passada a fase de reformas administrativas.

Na cerimônia, Renan ressaltou o empenho do Congresso para contribuir com o desenvolvimento da indústria. Um dos caminhos, disse ele, é reduzir a burocracia.

— Trabalhamos para o que chamamos de Brasil Mais Fácil: leis que combatam o excesso de burocracia.

Elaborada pela CNI, a *Agenda Legislativa* lista 130 propostas de interesse do setor industrial em tramitação no Congresso, das quais 17 são consideradas prioritárias. Uma é o projeto sobre o fim da contribuição social de multa adicional de 10% do FGTS em caso de demissão sem justa causa. Outras são a regularização da terceirização e a MP dos Portos.

Senadores querem criar salvaguardas para estados

A necessidade de criação de salvaguardas para os estados na reforma do ICMS dominou o debate da Comissão de Assuntos Econômicos.

A mudança proposta por Delcídio desagradou senadores dos estados das regiões Sul e Sudeste, para quem a alíquota de 7% ainda poderá dar margem à concessão de incentivos fiscais para atração de investimentos, com a

realimentação da guerra fiscal.

No lado oposto, alguns senadores propuseram a extensão da alíquota de 7% para todos os produtos — e não apenas os industrializados — que saírem dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do Espírito Santo. Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o projeto de resolução seria a “joia da coroa” da questão, que abrange mais duas propostas: a compensação das

perdas causadas pela redução das alíquotas e a convalidação dos incentivos fiscais considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O que a maioria teme já aconteceu na década de 1990: uma lei complementar — a 87/1996, chamada de Lei Kandir — isentou de ICMS os produtos para exportação com a promessa de se criar posteriormente uma compensação aos estados,

que nunca foi regulamentada. Sem uma clara definição sobre a compensação das perdas, prevista na MP 599/2012, os senadores temem que o assunto fique sujeito a conveniências políticas.

Delcídio reconheceu a existência do precedente e lembrou que, como relator do Orçamento da União no passado, o desafio foi encontrar receita para fazer a compensação da Lei Kandir, que hoje, segundo cálculo apresentado na reunião, só atinge 10% dos prejuízos. Uma das opções, anunciou o relator, poderá ser atrelar a vigência das alíquotas à aprovação de leis sobre as compensações e a convalidação dos incentivos.

Além de ser estabelecida na MP 599/2012, a compensação aos estados é prevista no PLS 106/2013 — Complementar, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que está na pauta da CAE e tem Armando Monteiro (PTB-PE) como relator.



Membros da CAE temem problemas para compensar estados, como os que foram causados no passado pela Lei Kandir

Voto da relatora sobre a MP que ampliou o alcance do benefício incorporou alterações posteriores, favorecendo toda família com renda mensal de até R\$ 70 per capita



Vanessa Grazziotin, presidente do colegiado, e Rose de Freitas em reunião que aprovou relatório sobre medidas provisórias que alteram o Programa Bolsa Família

Emendas permitem acesso à qualificação profissional

Foram apresentadas 19 emendas à MP 590/2012, mas apenas duas — encaminhadas pelos deputados Carmen Zanotto (PPS-SC) e André Figueiredo (PDT-CE) — foram parcialmente incorporadas ao texto por Rose de Freitas. As emendas tratavam de atrelar o Programa Bolsa Família a programas de qualificação profissional. O texto do PLV prevê que beneficiários com mais de 14 anos “poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais”.

A relatora citou a exposição de motivos que acompanhou a MP 590, segundo a qual a ampliação da idade para 15 anos aumentaria o número de crianças atendidas pelo benefício, de 5,22 milhões para 8,8 milhões. O número de famílias atendidas passaria de 2,21 milhões para 3,88 milhões. Já na exposição de motivos da MP 607, o número de famílias passaria para 4,8 milhões. O custo do benefício ampliado chegaria a R\$ 4,9 bilhões.

Comissão mista aprova ampliação de benefício para combate à pobreza

A COMISSÃO RESPONSÁVEL pela análise prévia da medida provisória (MP 590/2012) que altera o Programa Bolsa Família aprovou o voto favorável apresentado pela relatora, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES). A MP amplia o alcance do benefício concedido para superação da extrema pobreza.

O voto da relatora incorporou alterações posteriores incluídas pela MP 607/2013. Com as mudanças, o texto passa a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV),

seguindo para votação no Plenário da Câmara e, posteriormente, no do Senado.

O Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) já havia sido alterado por diversas leis e medidas provisórias aprovadas pelo Congresso. A última alteração, feita pela MP 570/2012, previa a concessão do benefício a famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família que tivessem na composição crianças de zero a 6 anos de idade, desde que a soma da renda familiar mensal

e dos benefícios recebidos não atingissem R\$ 70 per capita.

A MP 590, editada em novembro do ano passado, ampliava a idade-limite de 6 para 15 anos. Já a MP 607, em fevereiro deste ano, acabou com a limitação à faixa etária dos menores. Segundo a relatora, o texto da MP mais recente foi incorporado na MP 590 por questão de economia processual e coerência entre as propostas.

— É uma questão de identidade de assuntos — afirmou.

Para Rose de Freitas, a incorporação do texto da MP 607 pela MP 590 evita interpretações distintas que poderiam ocorrer, caso fossem feitas análises separadas.

Assim, o texto do PLV, por se referir à MP 590, ainda traz a menção à necessidade de a família ter, entre os membros, crianças ou adolescentes de até 15 anos. Mas estende o benefício a todas as famílias com renda per capita de até R\$ 70, independentemente da composição familiar.

CMO define relatores de quatro medidas provisórias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiu ontem os relatores das quatro medidas provisórias que tramitam no colegiado. Mas, devido a um impasse, ainda não se decidiu quem será o relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo o presidente da CMO, senador Lobão

Filho (PMDB-MA), esse é um assunto que tem de ser resolvido entre o PT e o PMDB da Câmara dos Deputados.

Os relatores das medidas provisórias — todas de abertura de créditos extraordinários — são os seguintes: senador Ivo Cassol (PP-RO) para a MP 596/2012; deputado Afonso Florence (PT-BA) para a MP

598/2012; senador Cícero Lucena (PSDB-PB) para a MP 604/2013; e deputada Gorete Pereira (PR-CE) para a MP 611/2013. Falta definir quem serão os relatores-revisores das matérias.

Também precisam ser anunciados os relatores setoriais. Lobão Filho disse que já existe um acordo sobre os

nomes, mas ressaltou que antes é necessário decidir quem será o relator da LDO. Segundo o deputado Cláudio Puty (PT-PA), vice-líder do governo no Congresso, PMDB e PR querem o cargo. Mas, de acordo com o presidente da CMO, “se for respeitado o regime de proporcionalidade, a vaga deveria ser do PT”.



Lobão Filho aguarda definição do nome para relator da LDO

Lídice comemora investimentos na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) relatou ontem em Plenário uma série de investimentos nas áreas da saúde, transporte e energia feita pelo governo da Bahia. Entre os projetos, a parlamentar destacou o acordo para a retomada das obras do metrô de Salvador.

O contrato entre o governo baiano e prefeituras visa à implantação e à operação do sistema metroviário, por meio de concessão na modalidade de parceria público-privada (PPP).



Petio Frinco/Agência Senado

Lídice registrou o lançamento do edital de licitação do gasoduto Itabuna-Ilhéus, com investimento de R\$ 45 milhões da Companhia de Gás da Bahia (Bahiagás).

A senadora também ressaltou a premiação internacional concedida ao projeto do Hospital do Subúrbio, de Salvador, classificado pelo Banco Mundial entre os dez melhores projetos geridos por PPP da América Latina e do Caribe.

Vanessa registra criação de centros de lazer

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a inauguração de três centros recreativos de esporte e lazer dos trabalhadores em educação nos municípios de Lábrea, Humaitá e Caruaru. Ela explicou que o projeto é uma reivindicação antiga e foi concretizado por meio da parceria entre os governos municipal, estadual e federal e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (Sinteam).

— [Os centros] se transformarão em equipamentos sociais importantes não só para os trabalhadores em educação,

mas para toda a população — disse.

A senadora destacou que os espaços servirão para reunir professores, pais e alunos e melhorar a qualidade de ensino.

Vanessa ainda ressaltou que, durante a visita aos municípios, pôde perceber o avanço do interior do Amazonas. Segundo ela, o estado vem promovendo inúmeras iniciativas para garantir o desenvolvimento.

— Os municípios do interior vêm alcançando avanços significativos de progresso e inclusão social — afirmou.

Acordos perdoam parte das dívidas do Gabão e do Sudão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois acordos com os países africanos Gabão e Sudão. As matérias tramitaram em regime de urgência e seguem direto para o Plenário.

O primeiro autoriza a União a formalizar com o Gabão a liquidação antecipada de dívida de US\$ 24 milhões e extingue os débitos daquele país junto ao Brasil. A dívida teve origem em operações de

financiamento às exportações brasileiras para o Gabão nas décadas de 70 e 80. O acordo permitiu o pré-pagamento da dívida com o Brasil, com desconto de 15% do valor de mercado. O dinheiro já

foi depositado no Banco do Brasil em Nova York e deve ser internalizado após a aprovação do texto no Senado.

Outro acordo perdoa parte da dívida do Sudão com o Brasil. O débito, também

originário do financiamento para exportação, vale US\$ 43,5 milhões — US\$ 4 milhões da dívida original e o restante de juros. O texto prevê o pagamento de US\$ 4,3 milhões em 12 parcelas trimestrais.

MP dos Portos: acordo pode evitar excesso de emendas

Relatório do senador Eduardo Braga deve ser votado hoje, após debate, e presidente da comissão mista propõe um entendimento para preservar “tudo o que foi erguido na base do diálogo”

O PRESIDENTE DA comissão mista que analisa a Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos), deputado José Guimarães (PT-CE), defendeu ontem um acordo para evitar uma “enxurrada” de destaques e emendas ao texto proposto pelo relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

— Estaríamos destruindo tudo o que foi erguido na base do diálogo e levaríamos uma série de questões importantes para uma situação incerta, de onde não se sabe o que pode sair — disse Guimarães.

A comissão continua hoje a discussão da proposta, com expectativa de votação logo após o debate. Braga acolheu 137 das 645 emendas sugeridas e destacou que o relatório atende boa parte das reivindicações de estados, empresários e trabalhadores. A MP revoga parte da legislação do setor, incluindo a Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/1993), e estabelece um novo marco regulatório.

Alguns parlamentares afirmaram que não pretendem fazer emenda ao texto de Braga. É o caso do deputado Márcio França (PSB-SP), que havia apresentado 90 emendas. Segundo ele, a preocupação agora é com o compromisso da presidente Dilma Rousseff de não vetar as mudanças.



Braga defende o relatório para os deputados José Guimarães e Eduardo Cunha

O deputado Milton Monti (PR-SP) entende que ainda é preciso fazer alterações na proposta do relator. Ele defende que a parte sobre renovação dos contratos de exploração de terminais portuários dentro dos portos públicos não fique a cargo do governo.

— Poderia haver quebra de contrato no caso de não haver renovação, prejudicando aqueles que fizeram investimentos — argumentou.

Em resposta, Braga comentou que não existe a hipótese de quebra dos contratos.

— Não há como assegurar, neste momento, que os contratos serão prorrogados porque a Lei 8.630/93 considerava apenas uma expectativa de renovação no caso de cumprimento do contrato. Se assegurarmos isso no texto,

estaremos desobrigando as empresas de cumprir cláusulas contratuais e ainda assim ter o direito a prorrogação — disse.

Segundo o senador, o texto cria uma nova expectativa de direito. O arrendatário pode requerer a antecipação da prorrogação, mas precisa apresentar um plano de investimento ao poder concedente.

O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) questionou se, em relação ao acordo com os trabalhadores portuários, existe o compromisso de Dilma não vetar tais dispositivos. De acordo com o relator, em relação a esses itens e à parte do texto que prevê a possibilidade de renovação antecipada dos contratos, há o compromisso de não vetar, mas existem pontos para os quais não há isso.

(Da Agência Câmara)

Ministra propõe que texto seja votado hoje

Em reunião com líderes do governo no Senado, ontem, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, reforçou a determinação do governo de votar hoje o relatório de Braga na comissão mista. Ela disse que a capacidade de negociação chegou ao limite e não há mais espaço para atender todas as propostas, pois isso pode desvirtuar o texto e fazer a MP perder a eficácia sem melhorar a situação dos portos.

Ideli justificou a urgência ao argumentar que o Executivo vê os portos como nó



Ideli argumenta que a capacidade de negociação chegou ao limite

estrangulado num setor que precisa ser redimensionado para dar fluência à entrada e saída de mercadorias.

— O Brasil depende de um melhor fluxo, de uma melhor agilidade na operação portuária e é necessário fazer as modificações que a MP propõe — disse a ministra.

Ela defendeu a MP 592/2012, que destina os royalties do petróleo e o Fundo Social do pré-sal para a educação, e o projeto de unificação do ICMS (PRS 1/2013). Sobre a Emenda Constitucional 72/2013, que estabelece direitos das domésticas, destacou a ação do Executivo para diminuir o impacto da regulamentação.

Humberto Costa relata visita à obra de transposição do São Francisco



Relator da comissão externa diz ter ficado entusiasmado com andamento

Humberto Costa (PT-PE) relatou a visita que fez às obras de transposição do Rio São Francisco.

A visita ocorreu na última sexta-feira, como parte das atividades da comissão externa criada para acompanhar a revitalização do chamado Velho Chico, da qual Humberto é o relator e Vital do Rêgo

(PMDB-PB), presidente.

Além deles, também visitaram as obras Cícero Lucena (PSDB-PB) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), integrantes da comissão.

A visita ocorreu no eixo leste, nas cidades de Floresta e Sertânia, em Pernambuco, e Monteiro, na Paraíba.

O senador contou que foi

Comissão quer aprofundar debate sobre setor pesqueiro

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai continuar o debate sobre os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro brasileiro com representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, dos empresários e dos trabalhadores. A decisão foi anunciada pelo presidente da comissão, Waldemir Moka (PMDB-MS), durante audiência pública ontem para discutir a aposentaria especial para pescadores e o seguro-defeso para profissionais contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Moka ressaltou que os desafios enfrentados pelo setor e relatados na audiência de ontem exigem discussão específica. Ele prometeu designar relator para o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que conta o período de defeso da pesca como tempo de contribuição previdenciária (PLS 103/2013).

Paim, que requereu a audiência, observou que o projeto de lei pode ser mais bem discutido e ampliado para contemplar outras necessidades do setor. A intenção é construir uma alternativa que atenda os interesses do trabalhador em alto mar bem como os do pescador em escala industrial.

Seguro-desemprego

Pela legislação em vigor, explicou o ex-ministro da Pesca e Aquicultura Altemir Gregolin, apenas os pescadores artesanais têm direito ao seguro-desemprego em período de defeso. Para ele,

a lei que concede o seguro-desemprego no defeso (Lei 10.779/2003) deve ser alterada para que o benefício seja estendido aos trabalhadores celetistas. Gregolin ressaltou que o período de defeso, em que não é permitida a pesca, é importante para a reprodução das espécies e precisa ser respeitado.

A aprovação da Convenção 188 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata das condições de trabalho no setor pesqueiro, pode preencher o vácuo legal, observou o presidente da Federação Nacional dos

Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA), Ricardo Ponzi. O dirigente pediu que o Congresso Nacional aprove a convenção e normatize a atividade para valorizar o setor

pesqueiro brasileiro.

A concorrência com países asiáticos foi destacada pelo presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe), Armando José Romaguera Burle. Segundo ele, as empresas brasileiras não conseguem oferecer preços mais acessíveis em decorrência da rígidas legislações ambiental e trabalhista.

Para desenvolver o potencial pesqueiro brasileiro, Giovanni Monteiro, presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região, defendeu a modernização e a ampliação da frota industrial brasileira, o desenvolvimento da pesca oceânica e o investimento em melhor aproveitamento de captura.



Senador Moka coordena a audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai continuar o debate sobre os problemas enfrentados pelo setor pesqueiro brasileiro com representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura, dos empresários e dos trabalhadores. A decisão foi anunciada pelo presidente da comissão, Waldemir Moka (PMDB-MS), durante audiência pública ontem para discutir a aposentaria especial para pescadores e o seguro-defeso para profissionais contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Moka ressaltou que os desafios enfrentados pelo setor e relatados na audiência de ontem exigem discussão específica. Ele prometeu designar relator para o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que conta o período de defeso da pesca como tempo de contribuição previdenciária (PLS 103/2013).

Paim, que requereu a audiência, observou que o projeto de lei pode ser mais bem discutido e ampliado para contemplar outras necessidades do setor. A intenção é construir uma alternativa que atenda os interesses do trabalhador em alto mar bem como os do pescador em escala industrial.

Para desenvolver o potencial pesqueiro brasileiro, Giovanni Monteiro, presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região, defendeu a modernização e a ampliação da frota industrial brasileira, o desenvolvimento da pesca oceânica e o investimento em melhor aproveitamento de captura.

Royalties para educação terão que esperar posicionamento do STF

Para evitar insegurança jurídica, comissão resolveu deixar a MP 592/2102 caducar e aguardar decisão final do STF sobre Lei dos Royalties

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que vincula recursos do petróleo à educação (MP 592/2012) não vai votar a proposta até que o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie sobre a constitucionalidade da lei que redistribui os recursos entre todos os estados e municípios (Lei 12.734/2012).

A sugestão, dada pelo senador José Pimentel (PT-CE), foi aceita pela maioria dos parlamentares do colegiado. O adiamento da votação já tinha sido acordado pelos líderes partidários, segundo o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O objetivo, de acordo com ele, é evitar insegurança jurídica sobre a questão.

A MP foi editada à época dos vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties. Com a rejeição do veto pelo Congresso, há dúvidas sobre a validade de alguns artigos da MP, que poderia ser prejudicada. Pelo texto, os contratos já firmados e os futuros contratos de concessão são tratados de forma diferente mas, com a derrubada do veto, não há mais a distinção.

O relator da proposta, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), afirmou que foram tomadas todas as precauções para que a medida provisória não fosse afetada



Dornelles (E) elogiou a decisão de adiamento sugerida por Pimentel e acatada pela comissão

por uma decisão do Supremo. Em seu parecer, ele tratou só da destinação dos recursos para a educação e não mexeu na divisão das riquezas. Zarattini lamentou a decisão de não votar a matéria.

— Nós tínhamos a oportunidade de destinar um grande volume de recursos para a educação. Nós estávamos falando, neste ano, de R\$ 13 bilhões a mais para a educação, distribuídos entre estados, municípios e a União; sem falar da garantia de recursos para ciência e tecnologia, que é fundamental para o desenvolvimento do país — argumentou.

A medida provisória perde a validade no dia 12 de maio. A presidente da República só deve editar outra medida provisória sobre o assunto depois de

uma decisão final do Supremo.

Ontem, em pronunciamento no Plenário, Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou o adiamento. Ele disse que a medida pode evitar constrangimento e embaraços, já que o STF ainda vai se pronunciar em definitivo sobre os royalties. O senador lembrou que o Congresso derrubou os vetos presidenciais sobre a lei de distribuição dos royalties, mas decisão liminar do STF em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo governo do Rio de Janeiro, na prática, restabelece a lei conforme os vetos da presidente.

— A decisão tomada foi a decisão do bom senso e da lógica, que merece todo o aplauso do Congresso — afirmou.

(Com Agência Câmara)

Novo ILB conclui planejamento até 2016

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), responsável pela capacitação dos servidores do Senado, concluiu sábado a agenda estratégica até 2016. Foi redefinida a missão institucional: “Produzir, integrar e disseminar conhecimento para o aprimoramento do Legislativo, em benefício da sociedade”. Os novos cursos de pós-graduação (Administração Legislativa e Direito Legislativo), que serão lançados em breve, ao lado dos treinamentos já iniciados na área de orçamento público e processo legislativo, fazem parte da agenda estratégica do ILB.

Comissão debate vinda de médicos estrangeiros

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a realização de três audiências públicas, ainda sem data definida. A primeira debaterá a validação dos diplomas dos brasileiros formados em Cuba e a possibilidade de convocação de médicos espanhóis, portugueses e cubanos. Falta de estrutura e de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia também será tema de discussão, sugerida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Os senadores pretendem avaliar ainda os impasses da expansão da educação de nível superior, a pedido de Paulo Paim (PT-RS).

Ana Amélia quer mestres e doutores nas universidades



Ana Amélia (PP-RS) anunciou a conclusão do relatório, com voto favorável, ao projeto que estabelece a exigência mínima de titulação em nível de pós-graduação para ingresso na carreira de magistério superior. A proposta (PLS 123/2013), de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), tramita na Comissão de Educação (CE).

— A educação pública brasileira precisa se modernizar se quiser desenvolver talentos e capacitar profissionais para os desafios sociais, políticos e econômicos do país — afirmou.

A senadora disse ser favorável à ampliação da presença de mestres e doutores nas universidades públicas.

Mozarildo defende mais colégios militares no Norte



Há, no país, 12 colégios militares localizados em dez estados, e apenas um deles fica na Região Norte, em Manaus, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador defendeu projeto de sua autoria que autoriza a União a criar um colégio militar em Boa Vista. O PLS 211/2002 já foi aprovado no Senado, mas está parado na Câmara desde 2004.

— Faço um apelo para que a Câmara acelere a apreciação desse projeto, que é apenas autorizativo — ressaltou.

Para Mozarildo, os colégios militares enfatizam muito a qualidade do ensino e possibilitam o desenvolvimento simultâneo das áreas cognitiva, afetiva e psicomotora.

Jayme Campos lembra os 20 anos da Unemat



Os 20 anos de fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) foram lembrados por Jayme Campos (DEM-MT). O senador disse que cada um dos 15 mil estudantes da instituição “representa um passo à frente da miséria e da ignorância”.

Segundo Jayme, a Unemat “tem formado profissionais e reformado o próprio sentido de cidadania no vasto território de Mato Grosso, atuando como o amálgama de experiências sociais trazidas pelos povos que colonizaram o interior do estado”. Ele lembrou que a Unemat nasceu com o lema “Do interior para o interior”, para fixar o homem na terra.

Paim pede valorização dos professores e do ensino



Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que professores e ensino público devem ser urgentemente valorizados e pediu aprovação de medidas para isso, incluindo as sobre destinação de recursos do petróleo para educação pública, das diretrizes nacionais de carreira para profissionais de educação básica e do Plano Nacional de Educação.

— A oferta de ensino público de qualidade é uma das metas mais importantes do país. A educação é o instrumento facilitador da conquista de melhores condições de vida para as pessoas e é também o grande instrumento que vai viabilizar a prática da plena cidadania — disse o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ex-senadora lidera a criação de um partido, a Rede Sustentabilidade, e acusa o PT e o governo por “desconforto democrático”

No Senado, Marina critica projeto que muda regras eleitorais em 2014

A EX-SENADORA E ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva visitou o Senado ontem para fazer, nas palavras dela, um apelo contra o casuísmo. Marina, que tenta viabilizar a criação do partido Rede Sustentabilidade, manifestou contrariedade com o Projeto de Lei (PL) 4.470/2012, que restringe o acesso de novas legendas à propaganda na TV e ao Fundo Partidário. Já aprovado na Câmara dos Deputados em regime de urgência, o texto deve chegar nos próximos dias ao Senado.

De acordo com Marina, tida como candidata à Presidência da República em 2014, é importante que o projeto tramite “o tempo necessário” nas comissões de mérito do Senado. Marina contou que teve uma breve conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros, que teria explicado que a decisão sobre a urgência do projeto depende dos líderes partidários. Segundo Marina, o presidente prometeu seguir a decisão dos líderes.

— Nosso esforço é para que haja uma maioria de senadores de todos os partidos que não concordam com esse casuísmo — disse Marina.

Além de conversar com Renan, Marina esteve no gabinete de Pedro Simon (PMDB-RS), em reunião que teve a presença também de Aécio Neves (PSBD-MG), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT). Ela também foi ao Plenário durante a sessão.

Para a ex-senadora, o ideal é derrubar a urgência e o mérito do projeto. Se não for possível, acrescentou Marina, a intenção é apresentar uma emenda prevendo as novas regras para depois das eleições de 2014.

A ex-senadora afirmou que o projeto é uma forma de evitar o amadurecimento



Ex-senadora Marina Silva conversa com Aécio Neves na passagem pelo Plenário, ontem

da democracia no país e cria “um desconforto democrático para todos nós”. Ela lamentou que as mesmas armas que foram usadas contra o PT e contra Lula estejam sendo usadas agora pelo PT contra possíveis adversários na campanha eleitoral de 2014. Segundo Marina, a aprovação do projeto foi articulada pelo governo.

— O Palácio do Planalto não precisaria macular a democracia nem o PT precisaria macular sua história — declarou Marina.

Solidariedade

A ex-ministra disse que tem recebido solidariedade de senadores de todos os partidos. Para Marina, no Senado é “possível um diálogo mais próximo”, independentemente das divergências. Ela também disse que, se o projeto for aprovado, outros partidos prejudicados devem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Marina acrescentou que a batalha

pela criação da Rede Sustentabilidade continua “muito boa”. Ela informou que há mais de 7 mil voluntários trabalhando na coleta de assinaturas para a criação da legenda.

— Já temos 200 mil assinaturas e, ao final de junho, queremos ter as 550 mil assinaturas para viabilizar a Rede Sustentabilidade — declarou.

Durante a sessão, ao comentar a presença de Marina no Senado, Randolfe Rodrigues classificou o projeto aprovado na Câmara de “casuísmo que não coincide e não combina com uma democracia como a nossa”.

Para o senador, o projeto restringe o direito de funcionamento de novos partidos, além de impedir os cidadãos de disputarem eleições livremente.

— Não coincide brindarmos o aniversário [de 25 anos] da Constituição com a aprovação desse projeto de lei, desse propositado casuístico e claramente inconstitucional que será derrubado no Supremo Tribunal Federal — disse.

Juristas examinam a Lei de Arbitragem

A comissão de juristas encarregada de apresentar um anteprojeto de reforma das leis sobre mediação e arbitragem reúne-se na sexta, às 9h, para apresentação do plano de trabalho do colegiado.

Na reunião, os membros da comissão também apresentarão diagnóstico sobre os problemas enfrentados pela arbitragem, avaliarão as sugestões de pessoas e entidades relacionadas ao tema e discutirão o regulamento para o funcionamento das atividades da comissão.

Instalada no dia 3, a comissão tem como objetivo modernizar a Lei 9.307/1996, que regulamenta a arbitragem — forma de garantir às partes uma solução prática, célere e eficaz de conflitos, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário — e propor um regulamento que preencha a lacuna legislativa sobre a mediação.

O presidente da comissão é o ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O grupo deverá concluir o trabalho em 180 dias, com a apresentação de anteprojeto de lei.

Na instalação da comissão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que, na mediação, as partes buscam saída para um litúgio com a ajuda de um terceiro neutro.

ADIADA INSTALAÇÃO DA CPI DA VIOLAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

Foi adiada a instalação da CPI da Violação do Direito à Saúde, prevista para ontem. Criada em fevereiro, a comissão vai apurar erros de dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados que resultaram em lesões físicas ou causaram a morte de pacientes. Ainda não foi definida nova data para a sessão de instalação e eleição de presidente. O requerimento para a criação da comissão, de Magno Malta (PR-ES), recebeu mais 30 assinaturas de senadores. No documento, foi estabelecido o prazo de 120 dias para os trabalhos da comissão e o limite de despesa foi fixado em R\$ 150 mil.

Processo eleitoral deve ser só em 2014, diz Rollemberg



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) se mostrou contrário à antecipação do processo eleitoral que, segundo ele, só deveria ter início em 2014. O senador afirmou que os partidos precisam estar unidos

e ajudar a presidente Dilma Rousseff a superar obstáculos e dificuldades para que o país volte a crescer.

Ele informou que o Partido Socialista Brasileiro tem uma agenda política e econômica complexa e que é muito cedo para deliberar sobre uma possível candidatura à Presidência da República. Ele propôs que o PSB só tome a decisão quando o prazo de filiações partidárias for encerrado, sendo contrário à ideia de convocar a executiva do partido para decidir sobre um possível nome para 2014. Como líder do partido, ele registrou que “seria ilegal” o PSB se definir em relação à candidatura agora.

Couto pede explicação sobre patrimônio de Jader



Em pronunciamento ontem, Mário Couto (PSDB-PA) exigiu esclarecimentos sobre a declaração de bens apresentada por Jader Barbalho (PMDB-PA) à Mesa Diretora. Segundo a denúncia de

Couto, que pediu punição aos “poderosos” que desviaram recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o senador teria comprado, em 2001, participação em uma emissora de televisão que não consta no patrimônio declarado.

— É essa explicação da Mesa que eu desejo. Quero saber por que a TV Tapajós pertence a um senador da República, mas em seu patrimônio isso não consta há mais de dez anos. Onde está o Senado, que está sendo enganado? — indagou.

Couto lembrou que a denúncia também foi apresentada pela ex-senadora Marinor Brito ao Ministério Público Federal.

Alvaro cobra apuração de denúncias sobre loterias



As investigações de denúncias de lavagem de dinheiro e manipulação de resultados nas loterias da Caixa Econômica Federal precisam ser concluídas para apontar a responsabilidade

civil e criminal dos envolvidos, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador cobrou a apuração da Polícia Federal e do Ministério Público.

De 2002 a 2006, segundo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, houve um desvio de R\$ 36 milhões, com o envolvimento de 75 pessoas, disse Alvaro. O senador pediu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) celeridade para aprovação de projeto de autoria dele que estabelece instrumentos para evitar que as loterias sejam utilizadas em ações de lavagem de dinheiro. O PLS 62/2007 aguarda designação de relator.

Costa defende benefício para juízes e promotores



João Costa (PPL-TO) defendeu ontem em Plenário o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e integrantes do Ministério Público. O senador explicou que as duas categorias não

têm progressão funcional de carreira, não recebem horas extras e não têm plano de cargos e salários, o que contribui para que não haja qualquer diferença de subsídios entre o juiz que acaba de iniciar a carreira e aquele que já atua há 30 anos.

Costa lembrou que tramitam no Senado três propostas de emenda à Constituição tratando do assunto — PECs 2/2011, 5/2011 e 68/2011, as duas primeiras do ex-senador Gilvam Borges, e a terceira de Humberto Costa (PT-PE).

O parlamentar também se despediu do Senado. O titular da cadeira, Vicentinho Alves (PR-TO), está retornando à Casa.

Aplicação da legislação aprovada no ano passado exige comprometimento, dizem especialistas, que alertam para o aumento de desastres devido a mudanças climáticas



Casildo Maldaner (3º à esq.) defende a criação de um fundo com recursos de seguros e loterias federais para financiar prevenção a desastres

Estatuto de Defesa Civil é desafio para o país, afirmam debatedores

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), debateu ontem avanços e impasses do Brasil nas políticas de prevenção de desastres naturais. Os participantes reconheceram que o país ganhou legislação mais coerente com o Estatuto de Proteção e Defesa Civil, no ano passado, mas afirmaram que muitas medidas ainda precisam ser aplicadas.

— Não creio que legislar tenha sido o grande desafio: o maior está por vir, que é tornar o estatuto uma realidade — disse Daniel do Couto Silva, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A audiência preparou a participação do Brasil na 4ª Plataforma Global para Redução de Riscos de Desastres, que será realizada na Suíça, de 20 a 24 de maio, coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A intenção é debater experiências sobre cidades adaptadas para conviver com desastres naturais, cada vez mais comuns devido às mudanças climáticas.

— Não sou nenhum alarmista, mas

já temos indícios que nos mostram o aumento dessas incidências no Brasil — disse o representante do MMA.

Para Silva, intensificar as medidas de prevenção e respostas pode ser

insuficiente diante de um cenário que tende a se agravar. Por isso, os assentamentos urbanos terão de se adaptar. Ele adiantou que o MMA deve concluir, até 2015, o Plano Nacional de Adaptação.

Senador informa que proposta de marco regulatório chega ao Congresso em maio

Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou na audiência que em maio o governo deve enviar ao Congresso uma medida provisória (MP) sobre um marco regulatório da Defesa Civil. Casildo foi relator de uma MP encaminhada há um ano junto com o Estatuto de Proteção e Defesa Civil. Ele pretendia alterar a proposta para criminalizar a conduta de agente público ou privado que permitisse a ocupação de áreas de risco. Desistiu das emendas depois de o governo se comprometer a enviar nova proposta.

Agora Casildo pretende sugerir alterações que já constam de projetos de sua autoria, como a criação de

fundo para a prevenção de desastres com percentuais de cada seguro comercializado no país e de parte das receitas de loterias federais. De acordo com o senador, a arrecadação pode chegar a R\$ 3 bilhões anuais.

— Se jogarmos esse dinheiro na prevenção, vai funcionar — disse.

Para o deputado Glauber Braga (PSB-RJ), relator que modificou a MP do Estatuto, as propostas representam grande avanço para a defesa civil no país. Entre as lacunas, ele destacou a demora na definição de cadastro dos municípios considerados vulneráveis, o que depende de regulamentação do governo.

Avança cadastramento das áreas de risco brasileiras pelo Ministério da Integração

O secretário nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração, Humberto Viana, disse que o cadastramento de áreas de risco está avançando: foram mapeados 300 dos 800 municípios apontados. Ele frisou o papel da sociedade na prevenção.

— É importante saber do papel que tem quando acumula lixo na boca de lobo, quando tira a vegetação natural e desestabiliza o talude ou quando faz um puxadinho que contribui para graves consequências — afirmou.

Para Milton Rondó, que dirige no Ministério das Relações Exteriores a Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome, as ocupações de áreas de risco decorrem da falta de alternativa para quem não consegue comprar terreno em área habitável.

David Stevens, do Centro de Estratégia Internacional para Redução de Desastres, agência da ONU, disse que um dos objetivos da agência é possibilitar o intercâmbio de medidas de adaptação bem-sucedidas.

Comissão de Meio Ambiente cancela reunião com 11 votações devido a discussão sobre ICMS

Foi cancelada a reunião que a Comissão de Meio Ambiente (CMA) faria ontem com 11 itens na pauta de votação. O vice-presidente da comissão, Eduardo Amorim (PSC-SE), explicou que não havia quórum porque vários senadores integrantes do colegiado estavam no mesmo momento participando da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde se discutia a proposta de unificação do ICMS.

Casildo cobra recursos para prevenção de desastres

A necessidade de definir fontes de recursos para ações de prevenção e preparação para lidar com os desastres naturais foi defendida por Casildo Maldaner (PMDB-SC). A criação de um fundo para calamidades públicas foi uma das sugestões da Comissão Especial de Defesa Civil do Senado, que, em 2011, sob a relatoria do senador, propôs um marco regulatório para o setor.

— Propusemos uma reestruturação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), de modo a ampliar suas fontes de recursos e possibilitar a aplicação destes em ações não apenas de reconstrução e resposta, mas principalmente de prevenção e preparação — lembrou.

Segundo o senador, para cada real gasto com prevenção no Brasil, são economizados R\$ 8 ou R\$ 9 de reconstrução. Para ele, embora o Brasil tenha avançado no campo do monitoramento, ainda é preciso estruturar as defesas civis estaduais e municipais e instituir estratégias de construção de comunidades resilientes, para que conheçam os riscos a que estão sujeitas.

— Nossos desafios para a consolidação e incorporação plena de uma política nacional de defesa civil são muitos, em virtude até de nossa amplitude geográfica e variedade climática — afirmou Casildo.

Violência no trânsito está crescendo, alerta Ângela



Pedro Franco/Agência Senado

O número de acidentes de trânsito registrado nos últimos anos no Brasil e no mundo cresceu, destacou Ângela Portela (PT-RR).

Segundo a senadora, este ano já foram registrados em Roraima 1.632 casos de violência no trânsito, o que representa 47% do total de 3.434 casos acontecidos

em 2012. Citando dados do Ministério da Saúde, Ângela lamentou a classificação, em primeiro lugar, de Boa Vista entre as capitais brasileiras de menor porte populacional que apresentaram os maiores números de mortes no trânsito.

Entre 2002 e 2010, observou a senadora, dados do Ministério da Saúde apontaram um crescimento de 25% nos acidentes fatais no Brasil, o que colocaria o país como sendo responsável por 4% das mortes de trânsito ocorridas em todo o mundo.

Em nível mundial, conforme apontou, o trânsito já é responsável pela morte, a cada ano, de 1,3 milhão de pessoas.

Na opinião de Ângela, a redução de tais estatísticas somente será possível com a ampliação dos investimentos em educação.

— Para mudarmos a cultura de insegurança no trânsito, a meta mais eficaz é o investimento pesado em educação. Isso começa na educação desde a mais tenra idade do ser humano — disse.

Capiberibe quer verba para segurança pública garantida



Pedro Franco/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) criticou a falta, por parte da União, de uma política nacional voltada a garantir a segurança das pessoas. O senador defendeu a aprovação da PEC 24/2012, de sua autoria, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, prevendo a integração das forças

públicas estaduais e a definição de recursos para o setor, como já ocorre nas áreas de educação e saúde.

— Essa PEC busca primeiro criar, estabelecer o recurso definido, para que os estados da Federação contem, nos seus orçamentos, com recursos para garantir a segurança das pessoas que vivem nos municípios, que vivem nos estados brasileiros — explicou.

O senador disse que o objetivo da criação do fundo é garantir recursos regulares e permanentes para aplicação na segurança pública dos estados e ressaltou que a proposta conta com o apoio dos agentes de segurança pública de todo o país, que criaram a Frente Brasil pela PEC 24.

Capiberibe ressaltou que o fundo será composto pela contribuição da União, com uma parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre vendas de armas e munição; dos estados, com uma parcela do ICMS sobre vendas de material bélico e munição; e dos municípios, com uma parcela do Imposto sobre Serviços (ISS) das empresas de vigilância privada.